

Economia entre...

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

maior do que a já boa safra do ano passado, os agricultores lucrarão com um significativo aumento nos preços internacionais de bom número de produtos.

"Desde 1979 o Brasil não era tão beneficiado pela melhora nos seus termos de troca com o exterior", sustenta o economista e consultor de empresas José Roberto Mendonça de Barros. Um bom número de produtos agrícolas exportáveis teve aumentos de preços, em dólares, superiores a 25% nos últimos meses, diz ele.

O reflexo interno tem sido especialmente intenso no último mês. Ele lembra que as cotações na Bolsa de Cereais de São Paulo, do dia 20 de maio a 24 de junho, subiram no caso da soja em grão 69%, óleo de soja 88,5%, feijão 45%, arroz 23,5% e milho 27,5%.

Desta vez, ao contrário do que tradicionalmente acontece, o aumento internacional já era previsível na colheita e boa parte da produção ainda continua em mãos dos produtores e não dos intermediários. Isso é visível, por exemplo, na proporção muito maior de financiamentos que têm sido concedidos à retenção da safra pelos produtores (EGF) do que empréstimos para compra de safra pelo governo (AGF).

Esse quadro, que deverá sustentar-se graças à seca nos Estados Unidos, significará um expressivo aumento da renda disponível da agricultura. Embora o produto agrícola não pese mais do que cerca de 10% do produto total, certamente essa bonança acabará tendo reflexos positivos sobre o comércio e a produção industrial.

É difícil saber com precisão até que ponto o campo poderá contrabalançar a situação das cidades. Certamente não o suficiente para reverter a tendência basicamente negativa do setor industrial, mas talvez bastante para, supõe Barros, manter a economia num processo de estagnação sem quedas dramáticas.

Algumas outras variáveis básicas poderão influir no cenário. Se o governo decidir aplicar, a partir de julho, uma política monetária muito agressiva — en-

xugando recursos e elevando fortemente os juros —, obviamente intensificará a tendência recessiva. Barros não acredita que haja esta disposição: supõe que haverá um ajuste nos juros, algo que puxe as taxas de captação dos atuais 8% reais para uns 12%, mas nada dramático.

Outro ponto importante será a execução da política de controle do déficit público. Se for levada à risca, e os agentes econômicos acreditarem nisso, as expectativas poderão concentrar-se na direção de um processo mais recessivo. Nesse ponto, no entanto, inúmeras opiniões de economistas convergem: por melhor que o governo atue, dificilmente conseguirá obter um déficit muito menor do que os 5,5% do PIB registrados no ano passado. O risco é mais no sentido oposto. Se for aprovada pela Constituinte, na versão original, a anistia aos débitos contraídos durante o Plano Cruzado, o descontrole ficará muito mais provável e a inflação poderá tornar-se explosiva.

No lado dos preços, aliás, também as opiniões tendem a convergir: a tendência é de um aumento gradual, sujeito a uma explosão, se alguma variável importante fugir de controle. A retração nas cidades ajuda a segurar a demanda e os preços dos produtos industriais. Mas, se os estoques forem ajustados para baixo, a tendência será de os setores mais oligopolizados procurarem aumentar suas margens de lucro, empurrando os preços para cima.

Além disso, a alta dos preços agrícolas internacionais, se é uma excelente notícia do ponto de vista das contas externas, e uma boa-nova do ponto de vista do crescimento, é uma péssima novidade do lado da inflação. Os preços de alimentos têm um peso enorme na formação do índice inflacionário oficial. Apesar do freio representado pela retração na demanda interna, um ajuste puxado pelo aumento dos preços internacionais será inevitável.

A dúvida, no caso da inflação, não é saber se os preços continuarão numa tendência de alta — é descobrir se essa tendência poderá continuar sendo relativamente suave, como nos últimos meses.

em Brasília — CZ\$ 85,00

29 JUN 1988

Economia entre a cidade e o campo

por Celso Pinto
de São Paulo

A economia brasileira parece ter chegado a uma encruzilhada: começa a piorar nas cidades, ao mesmo momento que melhoram as perspectivas no campo. A dúvida dos economistas é saber se o alívio no campo será suficiente para contrabalançar a retração nas cidades.

Alguns economistas, inclusive no governo, têm feito uma análise pessimista sobre o futuro imediato da produção industrial e do emprego — concentrando sua atenção, em especial, nas cidades.

A essência do argumento é que até agora a produção industrial ainda não despencou — e o emprego caiu ainda menos do que a produção — porque houve acúmulo de estoques. O comércio desabou, mas a indústria preferiu adiar as decisões mais duras de cortes na produção e demissões (que implicam custos para recontração) porque havia sinais contraditórios sobre a trajetória econômica.

As recentes liquidações de estoques, especialmente intensas em certas áreas de bens duráveis de consumo, seriam um indicio de uma mudança de rota, segundo o mesmo raciocínio. Num primeiro momento, as vendas do comércio reagiram, mas ao desovar estoques a indústria poderá dispor-se a ajustar por baixo sua produção futura — e, neste caso, poderia haver rápido aumento do desemprego.

Um estímulo adicional a essa aceleração nas demissões seria a regra aprovada pela Constituinte pela qual, assim que a nova Carta for promulgada, as empresas terão de pagar 40% e não mais 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço dos funcionários que demitir. Se as empresas se convencerem de que o horizonte não é favorável, tenderão a ajustar-se antes que a Constituinte encerre seus trabalhos.

Essa análise admite o efeito positivo que o aumento das exportações tem tido sobre a produção industrial, mas coloca dois reparos: daqui para a frente fica mais difícil imaginar novos saltos expressivos; e, de todo modo, as exportações respondem por não mais que 15% do PIB.

O cenário no campo, contudo, é um claro atenuador desse tipo de visão mais pessimista. Além de contar com uma safra ligeiramente